



Interligação Elétrica Pinheiros S.A.
**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo
com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.**

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Contrato nº 018/2008

Composto pela subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 100,00%.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

ÍNDICE

Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	
1. Contexto operacional.....	11
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	12
3. Políticas contábeis regulatórias materiais.....	12
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador.....	18
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	18
6. Aplicações financeiras.....	18
7. Contas a receber - concessionárias e permissionárias.....	19
8. Tributos e contribuições a compensar.....	19
9. Imobilizado.....	20
10. Intangível.....	24
11. Tributos e encargos sociais a recolher.....	25
12. Encargos regulatórios a recolher.....	25
13. Provisões.....	25
14. Patrimônio líquido.....	26
15. Receita operacional bruta.....	27
16. Resultado financeiro.....	29
17. Imposto de renda e contribuição social.....	29
18. Transações com partes relacionadas.....	30
19. Instrumentos financeiros.....	31
20. Seguros.....	32
21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	33
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	40

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	465	66
Aplicações financeiras	6	1.863	11.817
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	857	1.883
Estoques		1.090	1.118
Tributos e contribuições a compensar	8	305	83
Serviços em curso		101	45
Créditos com partes relacionadas	18	7.709	1.878
Despesas pagas antecipadamente		16	-
Outros		1.427	1.480
		13.833	18.370
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	65	111
Cauções e depósitos vinculados		-	11
Serviços em curso		283	-
PIS e COFINS diferidos		-	140
		348	262
Imobilizado	9	55.481	57.691
Intangível	10	-	2
		55.481	57.693
Total do ativo		69.662	76.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Arrendamento		4	50
Fornecedores		90	1.034
Tributos e encargos sociais a recolher	11	186	551
Encargos regulatórios a recolher	12	72	112
Partes relacionadas	18	44	1.250
Dividendos a pagar	14 (b)	3.241	6.055
Parcela de ajuste		-	3.148
Outros		1.676	1.577
		5.313	13.777
Não circulante			
Arrendamento		22	287
Encargos regulatórios a recolher	12	403	324
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	9	240	262
Impostos e contribuições sociais diferidos		2.125	1.929
PIS e COFINS diferidos		90	-
Partes relacionadas	18	-	1.200
Provisões	13	142	128
		3.022	4.130
Patrimônio líquido			
Capital social	14 (a)	20.885	19.685
Reservas de lucros	14 (c)	35.589	33.673
Reserva de reavaliação	14 (d)	4.853	5.060
		61.327	58.418
Total do passivo e do patrimônio líquido		69.662	76.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	15	16.114	70.105
Outras receitas	15	-	93
		16.114	70.198
Tributos			
PIS		(126)	(452)
COFINS		(581)	(2.086)
		(707)	(2.538)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.709)	(1.951)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(162)	(286)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(136)	(646)
		(2.007)	(2.883)
Receita líquida		13.400	64.777
Custos e despesas			
Pessoal		(397)	(714)
Material		(27)	(77)
Serviços de terceiros		(2.032)	(3.747)
Provisões para demandas judiciais		(257)	-
Depreciação e amortização		(2.430)	(16.258)
Seguros		(49)	(232)
Tributos		(3)	-
Doações, contribuições e subvenções		-	(20)
Arrendamento e aluguéis		(3)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(116)	19
Gastos diversos		(80)	(85)
		(5.394)	(21.114)
Resultado da atividade		8.006	43.663
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	772	2.599
Despesas financeiras	16	(47)	(1.914)
		725	685
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		8.731	44.348
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	(640)	(3.076)
Diferido		(196)	88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
		(836)	(2.988)
Lucro líquido do exercício		7.895	41.360
Lucro por ação		0,37802	2,10109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício		7.895	41.360
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	14 (d)	<u>4.853</u>	<u>5.060</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>12.748</u>	<u>46.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Total
		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	
Em 31 de dezembro de 2021		300.910	24.723	41.641	-	-	367.274
Integralização de capital		2.300	-	-	-	-	2.300
Dividendos intermediários		-	-	(51.481)	-	-	(51.481)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.360	-	41.360
Constituição da reserva de reavaliação	14(d)	-	-	-	66.324	66.324	-
Realização da reserva de reavaliação	14(d)	-	-	-	1.886	(1.886)	-
Cisão parcial		(283.525)	(22.571)	(186)	-	(59.378)	(365.660)
Destinação do lucro							
Reserva legal	14(c)	-	358	-	(358)	-	-
Retenção de lucros	14(c)	-	-	41.189	(41.189)	-	-
Dividendos obrigatórios	14(b)	-	-	-	(1.699)	-	(1.699)
Em 31 de dezembro de 2022		19.685	2.510	31.163	-	5.060	58.418
Integralização de capital		1.200	-	-	-	-	1.200
Dividendos intermediários		-	-	(2.945)	-	-	(2.945)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.895	-	7.895
Realização da reserva de reavaliação	14(d)	-	-	-	207	(207)	-
Destinação do lucro							
Reserva legal	14(c)	-	682	-	(682)	-	-
Retenção de lucros	14(c)	-	-	4.179	(4.179)	-	-
Dividendos obrigatórios	14(b)	-	-	-	(3.241)	-	(3.241)
Em 31 de dezembro de 2023		20.885	3.192	32.397	-	4.853	61.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.895	41.360
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.430	16.258
PIS e COFINS diferidos	50	60
Imposto de renda e contribuição social diferidos	196	(88)
Provisão para demandas judiciais	206	(1)
Valor residual de ativo permanente baixado	342	157
Rendimento sobre aplicações financeiras	(529)	(2.185)
Parcela de ajuste	-	3.148
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	1.588
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	65	28
	<u>10.655</u>	<u>60.325</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	1.072	2.604
Estoques	28	-
Tributos e contribuições a compensar	(222)	345
Serviços em curso	(339)	979
Outros	(4.852)	(2.156)
	<u>(4.313)</u>	<u>1.772</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(944)	2.602
Tributos e encargos sociais a recolher	326	2.006
Imposto de renda e contribuição social pagos	(691)	(2.713)
Encargos regulatórios a recolher	39	(828)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	(22)	(22)
Partes relacionadas	(1.206)	(2.290)
Outros	(3.296)	844
	<u>(5.794)</u>	<u>(401)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>548</u>	<u>61.696</u>
Atividades de investimento		
Caixa restrito	-	2.435
Aplicações financeiras	(13.410)	(74.844)
Resgates de aplicações financeiras	22.893	114.268
Aquisição de Imobilizado (nota 9(b))	(561)	(10.059)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>8.922</u>	<u>29.365</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	2.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.200
Pagamentos de empréstimos (principal)	-	(21.712)
Pagamentos de empréstimos (juros)	-	(1.472)
Pagamentos de arrendamentos	(71)	(47)
Dividendos pagos	(9.000)	(77.766)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(9.071)</u>	<u>(97.497)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>399</u>	<u>(4.001)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	66	4.067
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>465</u>	<u>66</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>399</u>	<u>(4.001)</u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 22 de julho de 2008, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C Cristal, andar 5, 6 e 7, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a transferência dos contratos de concessão 012/2008, 015/2008 e 021/2011 para as empresas, também controladas pela ISA CTEEP, Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. (“IEJaguar8”), Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. (“IEJaguar9”) e Interligação Elétrica Itapura S.A. (“IEItapura”), respectivamente. As transferências dos contratos de concessão correspondem a uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais. As transferências dos contratos de concessão foram aprovadas pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.077.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R\$365.660 que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	Contratos de concessão			Total
	012/2008	015/2008	021/2011	
Imobilizado	82.851	250.861	31.948	365.660
Capital social	49.558	202.038	31.929	283.525
Reservas de lucros	34.218	(11.480)	19	22.757
Reserva de reavaliação	(925)	60.303	-	59.378

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	8.085	06/23

Contrato nº 018/2008

Subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA. As obras da Subestação Atibaia II, entraram em operação comercial no dia 8 de janeiro de 2013.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 21 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13).

3 Políticas contábeis regulatórias materiais Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 12).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 15.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 9 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 13 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		338	66
Equivalentes de caixa			
CDB	101,4%	<u>127</u>	<u>-</u>
		<u>465</u>	<u>66</u>

6 Aplicações financeiras

	<u>Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021 % do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		159	653
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	101,7%	1.524	9.878
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		<u>180</u>	<u>1.286</u>
		<u>1.863</u>	<u>11.817</u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber - concessionárias e permissionárias

	Corrente vencida					2023	2022
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	825	24	6	2	65	922	1.994
	825	24	6	2	65	922	1.994

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

8 Tributos e contribuições a compensar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	22	37
Outros	283	46
	305	83

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução do imobilizado no montante líquido de R\$365.660, conforme acervo cindido.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Baixas reavaliação</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Obrigações especiais brutas</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Obrigações Especiais Líquidas</u>
Transmissão													
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.766	-	-	-	-	10.766	-	(3.662)	7.104	7.473	-	-	-
Máquinas e equipamentos	56.372	-	(93)	1.749	(15)	58.013	1.656	(17.989)	40.024	40.358	(262)	22	(240)
Móveis e utensílios	4	-	-	-	-	4	-	(2)	2	2	-	-	-
Administração													
Edificações, obras civis e benfeitorias	443	-	(249)	-	-	194	(249)	(142)	52	328	-	-	-
Máquinas e equipamentos	868	-	-	2	-	870	2	(248)	622	663	-	-	-
Subtotal	68.453	-	(342)	1.751	(15)	69.847	1.409	(22.043)	47.804	48.824	(262)	22	(240)

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Baixas reavaliação</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Obrigações especiais brutas</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Obrigações Especiais Líquidas</u>
Transmissão													
Máquinas e equipamentos	1.644	122	-	(1.047)	-	719	(925)	-	719	1.644	-	-	-
Outros	7.182	-	-	(702)	-	6.480	(702)	-	6.480	7.182	-	-	-
Administração													
Máquinas e equipamentos	93	94	-	(2)	-	185	92	-	185	93	-	-	-
Outros	(52)	345	-	-	-	293	345	-	293	(52)	-	-	-
Subtotal	8.867	561	-	(1.751)	-	7.677	(1.190)	-	7.677	8.867	-	-	-
Total do ativo imobilizado	77.320	561	(342)	-	(15)	77.524	219	(22.043)	55.481	57.691	(262)	22	(240)

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41%	10.766	(3.662)	7.104	7.473
Máquinas e equipamentos	3,81%	58.013	(17.989)	40.024	40.358
Móveis e utensílios	6,25%	4	(2)	2	2
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,82%	194	(142)	52	328
Máquinas e equipamentos	6,30%	870	(248)	622	663
		69.847	(22.043)	47.804	48.824
Em Curso					
Transmissão		7.199	-	7.199	8.826
Administração		478	-	478	41
		7.677	-	7.677	8.867
		77.524	(22.043)	55.481	57.691

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	242	242
Máquinas e equipamentos	217	-	217
Desenvolvimento de projetos	-	76	76
A ratear	-	26	26
Total das adições	217	344	561

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe- rências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)- (B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão em Serviço									
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	(318)	-	-	-	(318)	-	78	(240)	(262)
Subtotal	(318)	-	-	-	(318)	-	78	(240)	(262)
Total	(318)	-	-	-	(318)	-	78	(240)	(262)

f) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

		<u>2023</u>		<u>2022</u>
	<u>Taxas anuais médias de depreciação (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo</u>
Em Serviço				
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	8,67%	(318)	78	(240)
		(318)	78	(240)
		(318)	78	(240)

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2022	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Administração							
Softwares	1.290	-	1.290	-	(1.290)	-	2
Total do Ativo Intangível	1.290	-	1.290	-	(1.290)	-	2

b) Taxas anuais de amortização

		2023			2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo	
Em Serviço						
Administração						
Softwares	20,0%	1.290	(1.290)	-	2	
		1.290	(1.290)	-	2	
		1.290	(1.290)	-	2	

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	58	169
Contribuição social	35	149
COFINS	23	50
PIS	5	11
INSS	54	104
ISS	11	47
Imposto de renda retido na fonte	-	2
Outros	-	19
	<u>186</u>	<u>551</u>

12 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	475	436
	<u>475</u>	<u>436</u>
Circulante	<u>72</u>	<u>112</u>
Não circulante	<u>403</u>	<u>324</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

13 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa possui uma demanda judicial com probabilidade de perda provável, de natureza cível-regulatório no valor de R\$142 (R\$128 em 2022).

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui duas ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo uma tributária no valor de R\$36 e uma cível-regulatório no valor de R\$107, totalizando R\$143 (R\$1.576 em 2022).

14 Patrimônio Líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e disponibilizadas em 02 de abril de 2024.

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 20.885.185 e, em 31 de dezembro de 2022 era de 19.685.185, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R\$20.885 (R\$19.685 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas e retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	3.192	2.510
Retenção de lucros (ii)	<u>32.397</u>	<u>31.163</u>
	<u>35.589</u>	<u>33.673</u>

No encerramento do exercício de 2023 o total das Reservas de lucros atinge o montante de R\$35.589, superando o Capital Social Integralizado em R\$26.608. A Administração da Companhia avaliará as alternativas de capitalização, distribuição de dividendos ou constituição de reserva especial, levando o assunto à deliberação em Assembleia de Acionistas.

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 17 de maio de 2023 ocorreu o pagamento de dividendos com base na Retenção de lucros no montante de R\$2.945 (R\$51.481 em 2022).

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.844/2021 de abril de 2021 e 2.897/2021 de dezembro de 2021, totaliza R\$ 150.425 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$ 133.218. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente de acordo com o MCSE, em fevereiro de 2022 conforme abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	150.425
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	<u>(17.207)</u>
(a)	Total	133.218
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	64.786
(a) - (b)	Total da reavaliação	68.432
(c)	IR/CS diferidos	(2.108)
(=)	PL Reserva de reavaliação	66.324

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução de Reserva de reavaliação no montante de R\$59.378, conforme acervo cindido.

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5.060</u>
Depreciação	(214)
IR/CS diferidos	<u>7</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.853</u>

15 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Rede básica	16.114	70.105
Aluguéis	<u>-</u>	<u>93</u>
	<u>16.114</u>	<u>70.198</u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15.1. Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.3.

15.2. Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.3. Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória n.º 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23			RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24	
	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Outros	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	7.363	290	-	83	7.737	348	8.085

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
018/2008	209	5.613	841	1.846	68	(492)	8.085	6.819
	<u>209</u>	<u>5.613</u>	<u>841</u>	<u>1.846</u>	<u>68</u>	<u>(492)</u>	<u>8.085</u>	<u>6.819</u>

16 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	693	2.585
Juros ativos	1	-
Outras	78	14
	<u>772</u>	<u>2.599</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	-	(1.502)
Variações monetárias	(39)	(145)
Taxas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	-	(230)
Outras	(8)	(37)
	<u>(47)</u>	<u>(1.914)</u>
	<u>725</u>	<u>685</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$640 (R\$3.076 em 2022), que representam o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2023.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$2.125 (R\$1.949 em 2022) no passivo refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as operações de reserva de reavaliação e sobre as diferenças de práticas contábeis da contabilidade societária e regulatória.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2023		2022		2023	2022
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	-	3.241	-	6.055	-	-
AFAC	CTEEP	-	-	-	1.200	-	-
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal (i)	CTEEP	-	31	-	244	(467)	(843)
Prestação de serviços (ii)	CTEEP	-	13	-	179	(808)	(1.629)
Repasse RAP (*)	IEJaguar9	-	-	-	250	-	-
Custos de projetos (**)	IEJaguar9	7.709	-	1.878	-	-	-
Repasse RAP (*)	IEJaguar8	-	-	-	572	-	-
Repasse RAP (*)	IEItapura	-	-	-	5	-	-
		7.709	3.285	1.878	8.505	(1.275)	(2.472)

(*) Valores a serem repassados em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos cindidos 12/2008, 15/2008 e 21/2011.

(**) Valores a receber da IEJaguar9 referente aos custos de projetos pertencentes ao contrato cindido 15/2008 em 31 de outubro de 2022.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Em 09 de novembro de 2022, foi assinado com sua controladora CTEEP instrumento particular de adiantamento de recurso, no valor total de R\$1.200, convertido em capital social em 09 de março de 2023.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	465	66
Aplicações financeiras	2	1.863	11.817
<u>Custo amortizado</u>			
Cauções e depósitos vinculados	-	-	11
Contas a receber – concessionárias e permissionárias			
Circulante	-	857	1.883
Não circulante	-	65	111
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Arrendamento			
Circulante	-	4	50
Não circulante	-	22	287
Fornecedores	-	90	1.034
Partes relacionadas	-	44	1.250
Partes relacionadas - AFAC	-	-	1.200
Dividendos a pagar	-	3.241	6.055

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 15).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos							
Financeiros							
Fornecedores	90	-	-	-	-	90	1.034
Arrendamento	-	1	3	22	-	26	337
	90	1	3	22	-	116	1.371

20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	21.750	65
Responsabilidade civil geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			197

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

- (b) **Responsabilidade civil geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	465	-	465	66	-	66
Aplicações financeiras	1.863	-	1.863	11.817	-	11.817
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	857	(857)	-	1.883	(1883)	-
Ativo da concessão	-	6.798	6.798	-	4.995	4.995
Estoques	1.090	-	1.090	1.118	-	1.118
Tributos e contribuições a compensar	305	-	305	83	-	83
Serviços em curso	101	(101)	-	45	(45)	-
Créditos com partes relacionadas	7.709	-	7.709	1.878	-	1.878
Despesas pagas antecipadamente	16	-	16	-	-	-
Outros	1.427	(1.325)	102	1.480	(1.436)	44
	13.833	4.515	18.348	18.370	1.631	20.001
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	65	(65)	-	111	(111)	-
Ativo da concessão	-	57.569	57.569	-	56.311	56.311
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	11	-	11
Estoques	-	2.486	2.486	-	2.770	2.770
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	140	(140)	-
Serviços em curso	283	-	283	-	-	-
	348	59.990	60.338	262	58.830	59.092
Imobilizado	55.481	(55.408)	73	57.691	(57.337)	354
Intangível	-	-	-	2	-	2
	55.481	(55.408)	73	57.693	(57.337)	356
Total do ativo	69.662	9.097	78.759	76.325	3.124	79.449

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	90	-	90	1.034	-	1.034
Arrendamentos	4	-	4	50	-	50
Tributos e encargos sociais a recolher	186	-	186	551	-	551
Encargos regulatórios a recolher	72	-	72	112	-	112
Partes relacionadas	44	-	44	1.250	-	1.250
Dividendos a pagar	3.241	-	3.241	6.055	-	6.055
Parcela de ajuste	-	-	-	3.148	-	3.148
Outros	1.676	-	1.676	1.577	-	1.577
	5.313	-	5.313	13.777	-	13.777
Passivo não circulante						
Arrendamentos	22	-	22	287	-	287
Encargos regulatórios a recolher	403	-	403	324	-	324
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	240	(240)	-	262	(262)	-
Provisões	142	-	142	128	-	128
Partes relacionadas	-	-	-	1.200	-	1.200
PIS COFINS diferidos	90	2.393	2.483	-	2.224	2.224
Impostos e contribuições sociais diferidos	2.125	(107)	2.018	1.929	(137)	1.792
	3.022	2.046	5.068	4.130	1.825	5.955
Total do passivo	8.335	2.046	10.381	17.907	1.825	19.732
Patrimônio líquido						
Capital social	20.885	-	20.885	19.685	-	19.685
Reservas de lucros	35.589	11.904	47.493	33.673	6.359	40.032
Reserva de reavaliação	4.853	(4.853)	-	5.060	(5.060)	-
Total do patrimônio líquido	61.327	7.051	68.378	58.418	1.299	59.717
Total do passivo e do patrimônio líquido	69.662	9.097	78.759	76.325	3.124	79.449

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	16.114	4.133	20.247	70.105	24.123	94.228
Aluguéis e prestação de serviços	-	-	-	93	-	93
	16.114	4.133	20.247	70.198	24.123	94.321
Tributos						
PIS	(126)	(5)	(131)	(452)	(204)	(656)
COFINS	(581)	(23)	(604)	(2.086)	(942)	(3.028)
	(707)	(28)	(735)	(2.538)	(1.146)	(3.684)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.709)	-	(1.709)	(1.951)	-	(1.951)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(162)	-	(162)	(286)	-	(286)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(136)	-	(136)	(646)	-	(646)
	(2.007)	-	(2.007)	(2.883)	-	(2.883)
Receita líquida	13.400	4.105	17.505	64.777	22.977	87.754
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	-	-	-	-	7.424	7.424
Custos e despesas						
Pessoal	(397)	397	-	(714)	714	-
Material	(27)	(481)	(508)	(77)	(5.431)	(5.508)
Serviços de terceiros	(2.032)	(760)	(2.792)	(3.747)	(5.646)	(9.393)
Provisões para demandas judiciais	(257)	-	(257)	-	(323)	(323)
Depreciação e amortização	(2.430)	2.397	(33)	(16.258)	16.207	(51)
Seguros	(49)	-	(49)	(232)	-	(232)
Tributos	(3)	-	(3)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(20)	-	(20)
Arrendamento e aluguéis	(3)	-	(3)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(116)	124	8	19	-	19

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Gastos diversos	(80)	-	(80)	(85)	-	(85)
	(5.394)	1.677	(3.717)	(21.114)	5.521	(15.593)
Resultado da atividade	8.006	5.782	13.788	43.663	35.922	79.585
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	772	-	772	2.599	-	2.599
Despesas financeiras	(47)	-	(47)	(1.914)	3	(1.911)
	725	-	725	685	3	688
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	8.731	5.782	14.513	44.348	35.925	80.273
Despesas com Impostos	(836)	(30)	(866)	(2.988)	(1.094)	(4.082)
Resultado líquido do exercício	7.895	5.752	13.647	41.360	34.831	76.191

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.1. Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e CPC 47.

21.3. PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

21.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	68.378	59.717
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(64.505)	(60.461)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	55.168	57.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	(107)	(137)
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	2.393	2.224
Patrimônio líquido regulatório	<u>61.327</u>	<u>58.418</u>

21.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	13.647	76.191
Receita bruta (CPC 47)	(4.133)	(24.123)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	28	1.146
Depreciação e amortização (CPC 47)	(2.397)	(16.207)
Custos operacionais (CPC 47)	720	3.262
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	30	1.094
Outras despesas financeiras (CPC 06)	-	(3)
Lucro regulatório do exercício	<u>7.895</u>	<u>41.360</u>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5